

# DIFERENÇAS DE RENDA DO TRABALHO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE BRASIL E ARGENTINA<sup>1</sup>

*Paulo Baltar<sup>2</sup>*

*Alexandre Gori Maia<sup>2</sup>*

*Eugênia Troncoso Leone<sup>2</sup>*

## **Introdução**

Este artigo tem por objetivo ressaltar as peculiaridades das diferenças de rendimento do trabalho no Brasil, comparando-as com as diferenças de rendimento do trabalho na Argentina. As análises basearam-se nas informações provenientes de duas pesquisas domiciliares: a PNAD (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*) do IBGE (*Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*), para o Brasil, e a EPH (*Encuesta Permanente de Hogares*) do INDEC (*Instituto Nacional de Estadística y Censos*), para a Argentina. O ano de referência de ambas as pesquisas foi o de 2006.

Primeiramente, deve-se destacar que os dados da PNAD e da EPH não são diretamente comparáveis. Entre as principais diferenças estão a abrangência territorial, período de referência e metodologia de classificação das variáveis que expressam as características dos trabalhadores. No Brasil, a PNAD é aplicada anualmente a uma amostra relativa a todo o território brasileiro (IBGE, 2006) e o período de referência dos questionários é a última semana de setembro de cada ano. Já, na Argentina, a EPH está restrita aos 31 maiores aglomerados urbanos e sua amostra é dividida ao longo de cada um dos 4 trimestres do ano, sendo que as entrevistas são aplicadas semanalmente e seus resultados permitem análises trimestrais, semestrais e anuais (INDEC, 2003).

Para permitir a comparabilidade entre as duas pesquisas domiciliares, consideraram-se, na PNAD, apenas os domicílios particulares permanentes urbanos das regiões metropolitanas ou de municípios auto-representativos, ou seja, os municípios com população superior a 100 mil ha-

bitantes. Na EPH, consideraram-se as informações dos 31 aglomerados metropolitanos referentes ao último semestre de 2006. Em ambas as pesquisas, excluíram-se os empregados domésticos residentes nos domicílios e seus parentes para equiparação do conceito de família. Feitas essas adaptações, os residentes em municípios auto-representativos abrangem 53% da população brasileira, enquanto na Argentina residiam nas 31 maiores áreas metropolitanas 62% da população total desse país (Gasparini, 2004).

A segunda consideração importante para o estudo das diferenças de renda do trabalho diz respeito à variável nível de escolaridade. Deve-se alertar que existem diferenças importantes nos sistemas educacionais dos dois países. Na Argentina, desde a implementação da reforma curricular em 1994, a estrutura do sistema educacional compreende quatro níveis de ensino: Inicial, para crianças de 3 a 5 anos, sendo obrigatório somente o último ano; Educação Geral Básica, para adolescentes de 6 a 14 anos, que compreende três ciclos de três anos cada um; a Educação Polimodal, de três anos, para jovens de 15 a 17 anos; e, por último, a Educação Superior (Herran & Uythem, 2001). No Brasil, a estrutura do sistema educacional compreende a educação infantil, destinada a crianças de até 5 anos de idade; o ensino fundamental (1º grau), para a faixa etária de 6 a 14 anos; o ensino médio (2º grau), com duração variável entre 3 a 4 anos de estudo; e o Ensino Superior. Deve-se ressaltar que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 estabeleceu a obrigatoriedade do ensino fundamental gratuito nas escolas públicas (Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), estabelecendo a duração mínima de nove anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade.

Dessa forma, embora não sejam diretamente comparáveis, adotou-se a classificação dos níveis primário, secundário e superior vigente em cada país. Estudos mais apurados sobre o tema permitirão, posteriormente, reavaliar a metodologia de análise e sugerir possíveis mudanças nas classificações.

Em ambas as pesquisas, consideraram-se como ocupados aqueles com 15 anos ou mais de idade que tinham algum trabalho remunerado na semana de referência ou que trabalhavam sem remuneração com jornada igual ou superior a 15 horas por semana. Os rendimentos do trabalho principal foram deflacionados para 1º de julho de 2004 e convertidos para dólares considerando a Paridade do Poder de Compra (PPP) proposto pelas Nações Unidas (ONU). No Brasil, utilizou-se como deflator dos rendimentos o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do IBGE e, na Argentina, o IPC (Índice de Precios al Consumidor) do INDEC.

## A desigualdade de renda do trabalho no Brasil

Todos os estudos de distribuição de renda no Brasil constataam a desigualdade extrema e elevados níveis de pobreza, seja no mercado de trabalho ou na população como um todo<sup>3</sup>. Neste artigo, ressaltamos alguns aspectos dessas diferenças de renda comparando Brasil com Argentina, onde as diferenças de renda dos trabalhadores, embora também elevadas, são bem inferiores às do Brasil.

Considerando somente as pessoas com rendimento positivo na ocupação principal, o índice de Gini da renda do trabalho vem diminuindo lentamente no Brasil enquanto na Argentina oscilou, aumentando no final da década de 90 e diminuindo desde 2003. Na Argentina o índice de Gini aumentou em 0,056 entre 1995 e 2002 e diminuiu em 0,042 desde este último ano até 2006. No Brasil, esse índice diminuiu em 0,028 entre 1995 e 2006. Portanto, desde um nível mais baixo, a oscilação do índice de Gini na Argentina foi muito maior do que a diminuição observada no Brasil (Tabela 1).

**Tabela 1**  
**Evolução do Índice de Gini para as rendas do trabalho na ocupação principal. Brasil e Argentina, 1995 a 2006**

Ano	Brasil	Argentina
1995	0,555	0,430
1996	0,550	0,430
1997	0,546	0,431
1998	0,547	0,453
1999	0,540	0,436
2000	0,543	0,449
2001	0,547	0,466
2002	0,546	0,486
2003	0,539	0,478
2004	0,532	0,460
2005	0,532	0,456
2006	0,527	0,439

Fonte: PNAD, microdados, IBGE; EPH, microdados, INDEC

Os resultados mostram a importância de se conhecer um pouco melhor as diferenças de renda do trabalho no Brasil e a comparação com o país vizinho permitirá melhor qualificá-las. Deve-se recordar, porém, que o índice de Gini equivale a uma comparação da média das diferenças ab-

solutas das rendas dos trabalhadores com a média geral dessas rendas<sup>4</sup>. Ou seja:

$$Gini = \frac{\Delta}{2\mu}$$

onde  $\mu$  é a média geral das rendas dos trabalhadores e  $\Delta$ , que define as diferenças absolutas, se expressa na seguinte fórmula:

$$\Delta = \frac{\sum_i \sum_j |Y_i - Y_j|}{n^2}$$

onde  $Y$  representa a renda de cada trabalhador.

A partir da decomposição desses componentes do índice de Gini, observou-se que a maior desigualdade da renda do trabalho no Brasil não reflete tanto as maiores diferenças das rendas dos trabalhadores brasileiros quanto o fato de que essas diferenças ocorrem com um nível médio de renda que é muito menor no Brasil do que na Argentina. Isso porque, enquanto a renda média dos trabalhadores argentinos é 16% maior que a dos brasileiros (Tabela 3), as diferenças absolutas das rendas no Brasil superaram às da Argentina em somente 4%<sup>5</sup>.

### **Padrões de diferenças de renda do trabalho por idade, sexo e grau de escolaridade**

Com o objetivo de comparar os padrões das diferenças de renda do trabalho em 2006, ajustou-se, para cada país, um modelo de regressão linear múltipla que pode ser resumidamente expresso na seguinte equação de rendimentos:

$$\ln(Y_i) = \beta_0 + \sum_{j=1}^k \beta_j X_{ij} + e_i \quad (1)$$

A variável  $\ln(Y)$  representa o logaritmo neperiano do rendimento hora do trabalho na ocupação principal,  $X_j$  o conjunto de  $k$  variáveis socioeconômicas associadas ao rendimento das pessoas ocupadas e  $e_i$  o erro aleatório não explicado pelo modelo. Cada coeficiente  $\beta_j$  representa, dessa forma, a diferença no logaritmo do rendimento hora do trabalho na ocupação principal associada a uma diferença na variável  $X_j$ . Em outras palavras, quando  $X_j$  é uma variável contínua, a diferença percentual na renda associada a uma diferença unitária em  $X_j$  será equivalente a  $100\beta_j\%$ . Quando  $X_j$  for uma variável dicotômica, que assume apenas valores 0 e 1, a diferença percentual na renda associada à dicotomia estabelecida será equivalente a  $100(e^{\beta_j} - 1)\%$  (Halvorsen & Palmquist, 1980).

A compatibilização das informações provenientes das pesquisas do Brasil e da Argentina impôs algumas restrições na escolha das variáveis socioeconômicas usadas para explicitar os padrões de diferenças de renda do trabalho nos dois países. Assim, no total, consideraram-se no modelo de regressão nove variáveis explanatórias, descritas a seguir.

- **idade:** os anos de idade da pessoa ocupada como uma aproximação para exprimir o impacto da experiência profissional na renda;
- **(idade)<sup>2</sup>:** a variável idade da pessoa ocupada elevada ao quadrado para considerar a redução do incremento marginal da experiência profissional à medida que a pessoa ocupada envelhece;
- **sexo:** uma variável binária que assume o valor 1 para mulheres, para distinguir a diferença de renda da mulher em relação ao homem;
- **seis variáveis binárias** para distinguir sete graus de escolaridade<sup>6</sup>: sem qualquer escolaridade (utilizada como base para a comparação); primário incompleto; primário completo; secundário incompleto; secundário completo; superior incompleto; superior completo;

Os coeficientes do modelo foram estimados pelo método de mínimos quadrados ponderados, utilizando o peso das pessoas na amostra como fator de ponderação. Dado o grande número de observações na amostra, praticamente todos os coeficientes, com exceção do intercepto para o modelo argentino, mostraram-se estatisticamente diferentes de zero com nível de significância de 1% (Tabela 2).

**Tabela 2**  
**Estimativas dos coeficientes para a equação de rendimentos.**  
**Brasil e Argentina, 2006**

Variável	Brasil					Argentina				
	<i>b</i>	<i>t</i>	<i>p</i>	<i>F</i> <sup>2</sup> -1	<i>r</i> <sup>2</sup> semi parcial	<i>b</i>	<i>t</i>	<i>p</i>	<i>e</i> <sup>2</sup> -1	<i>r</i> <sup>2</sup> semi parcial
Intercepto	-0,3570	-16,7	***	-	-	0,0541	1,2	0,229	-	-
idade	0,0490	52,9	***	-	0,017	0,0385	30,2	***	-	0,016
idade2	-0,0004	-35,3	***	-	0,008	-0,0003	-21,9	***	-	0,008
mulher	-0,2521	-59,7	***	-0,22	0,022	-0,1513	-25,1	***	-0,14	0,011
primário inc.	0,2301	18,5	***	0,26	0,002	0,1385	3,6	***	0,15	0,000
primário com.	0,4066	30,2	***	0,50	0,006	0,2737	7,3	***	0,31	0,001
secundário inc.	0,4735	33,2	***	0,61	0,007	0,4143	11,0	***	0,51	0,002
secundário com.	0,7140	57,2	***	1,04	0,020	0,6211	16,6	***	0,86	0,005
superior inc.	1,1789	83,3	***	2,25	0,043	0,8630	22,8	***	1,37	0,009
superior com.	1,7312	132,8	***	4,65	0,108	1,2614	33,5	***	2,53	0,019
<b>R<sup>2</sup> ajustado</b>	0,4258					0,2993				

Fonte: PNAD, microdados, IBGE; EPH, microdados, INDEC

(2) Três asteriscos representam significância a 1%.

O primeiro fato a destacar é a expressiva diferença entre os  $R^2$  ajustados para as equações de rendimentos no Brasil e na Argentina. A variabilidade do logaritmo da renda explicada pelas 9 variáveis independentes no Brasil é de 42,6% e, na Argentina, de apenas 29,9%. Essa diferença pode estar associada tanto ao maior poder discriminatório das variáveis independentes no caso brasileiro quanto, por exemplo, à menor relação entre as variáveis independentes nesta equação, o que tende a contribuir positivamente para o valor do coeficiente de determinação<sup>7</sup>.

A qualificação anterior pode ser conferida a partir dos coeficientes de determinação semiparciais ( $r^2$  *semiparcial*), que permitem estimar o poder explanatório isolado de cada variável destacada no modelo. Para cada uma dessas variáveis  $X_j$ , o  $r^2$  *semiparcial* expressa sua contribuição isolada para a parcela da variabilidade total descrita pelo modelo, pois é dada por:

$$r_j^2 \text{ semiparcial} = R_{y.12\dots p}^2 - R_{y.12\dots(j)\dots p}^2 \quad (2)$$

Onde  $R_{y.12\dots p}^2$  é o coeficiente de determinação com todas as variáveis do modelo e  $R_{y.12\dots(j)\dots p}^2$  é o coeficiente de determinação sem a variável independente  $X_j$ .

Os coeficientes de determinação semiparciais para as variáveis binárias relativas aos graus de escolaridade, principalmente para os níveis superiores de escolaridade, são bem maiores no Brasil do que na Argentina. Já as diferenças não são tão acentuadas para as variáveis relativas ao sexo e a idade das pessoas ocupadas. Ou seja, a contribuição isolada das diferenças de escolaridade para a parcela da variabilidade total das rendas das pessoas ocupadas parece muito maior no Brasil do que na Argentina, não ocorrendo o mesmo com o sexo e principalmente com a idade.

A interpretação do resultado anterior requer a consideração das profundas diferenças existentes entre os dois países em termos do nível socioeconômico de suas populações e da história recente de seus respectivos sistemas educacionais.

Embora as diferenças venham diminuindo com o passar do tempo, o nível socioeconômico da população argentina é, em geral, muito superior ao da população brasileira. Além disso, o sistema educacional brasileiro só recentemente tem conseguido incorporar e manter freqüentando a escola o grosso da população em idade escolar e, mesmo assim, com muita repetência e atraso. Em conseqüência, como será mostrado posteriormente, uma parte maior da população argentina jovem não está no mercado de trabalho e grande parte da população adulta economicamente ativa possui nível de escolaridade muito maior ao verificado com o segmento equivalente da população brasileira.

É importante ter presente que a população que, em 2006, tinha mais que 30 anos de idade começou a estudar antes de 1983, quando as diferenças de qualidade entre os sistemas educacionais dos dois países eram bem maiores (em favor da Argentina) que na atualidade. Assim, uma parcela muito grande da população brasileira, que atualmente têm mais de 30 anos, apresenta um nível de escolaridade muito baixo. Essas pessoas podem até ter feito esforços para melhorar sua escolaridade, mas não existiam nessa época escolas de qualidade que as permitissem vencer as dificuldades para estudar, decorrentes do baixo nível de sua condição socioeconômica. Na Argentina, uma parcela bem menor da atual população adulta tem tão baixa escolaridade. Essa parcela da população, devido à melhor condição socioeconômica e/ou à melhor qualidade do sistema educacional argentino antes da década de 1980, conseguiu avançar em escolaridade, muito mais do que a parcela análoga da população brasileira.

Em conseqüência, a correlação atualmente existente entre idade e escolaridade é muito maior entre os trabalhadores argentinos do que entre os brasileiros. Nos dois países, entretanto, são muito semelhantes os efeitos diferenciadores da renda das pessoas ocupadas provocados isoladamente pela idade, como indicam os coeficientes de determinação semiparciais das variáveis que captam seu efeito sobre as diferenças de renda do trabalho. Na Argentina, porém, muito mais do que no Brasil, os efeitos diferenciadores da renda provocados pela idade incluem uma parte dos efeitos diferenciadores associados à escolaridade. Por esse motivo, a explicitação dos efeitos isolados da escolaridade aparece no ajuste de modo mais marcante no Brasil. Algo semelhante, mas em proporções menores, também ocorre com a explicitação dos efeitos isolados da variável sexo sobre a variabilidade da renda do trabalho. O coeficiente de determinação semiparcial da variável que capta o efeito do sexo sobre as diferenças de renda do trabalho é maior no Brasil do que na Argentina.

As diferenças atuais nas correlações entre idade, sexo e escolaridade, produto de histórias diferentes que ainda tem suas marcas nas características do estoque de população hoje existente nos dois países, dificultam enormemente a explicitação dos padrões de diferenciação das rendas do trabalho, cuja comparação deveria ressaltar algumas das peculiaridades da elevada desigualdade da renda do trabalho no Brasil. Assim, a maior correlação entre idade, sexo e escolaridade na Argentina não apenas reduziria o poder explicativo isolado das variáveis que expressam suas influências sobre as diferenças de renda, como também responderia, em parte, pelo menor coeficiente total de determinação dessa equação neste país. A elevada multicolinearidade entre idade, sexo e escolaridade na Argentina também se reflete no maior efeito das interações dessas variáveis, que fica patente na menor relação entre a soma dos coeficientes semiparciais de determinação e o coeficiente total de determinação da

equação de rendimentos no caso da Argentina (23% e 56%, respectivamente).

Em outras palavras, a equação de rendimentos utilizada explicita uma parcela menor das diferenças de renda na Argentina e uma parte maior das diferenças captadas relaciona-se, sobretudo, com a inter-relação dos fatores explicitados. No Brasil, a equação de rendimentos revela uma parte maior das diferenças de renda das pessoas ocupadas e os efeitos isolados das variáveis pesam mais nas diferenças de renda captadas pelo modelo. No caso brasileiro, por exemplo, possuir ou não o nível superior completo de escolaridade é responsável isoladamente por 11% das diferenças de renda entre as pessoas ocupadas ou por 25% das diferenças que a equação de rendimentos consegue explicitar.

Considerando as ressalvas apontadas é possível examinar os efeitos das distintas variáveis explicitadas na equação de rendimentos comparando os coeficientes estimados pelo modelo. A comparação indica que as diferenças são mais acentuadas no Brasil do que na Argentina, qualquer que seja a característica identificada. Assim, por exemplo, o rendimento das mulheres é 22%  $[(e^{-0,25211}-1) \times 100]$  menor que o dos homens no Brasil, descontando os efeitos das demais variáveis e de suas interações, enquanto na Argentina essa diferença é de 14%. Pode-se também afirmar que a escolaridade influencia de maneira mais intensa as diferenças de rendimento do trabalhador brasileiro. Na Argentina, por exemplo, as diferenças de renda entre os que completaram o 1º grau de instrução e os que não têm nem um ano de estudo aprovado é de 31%, contra 50% no Brasil. Já a diferença de renda entre os que completaram o 2º grau e os que não têm um ano de estudo é de 104%, no Brasil, e 86% na Argentina. Essas comparações têm implícitas as diferenças de renda entre as pessoas que completaram o 1º e o 2º grau, de 38%, no Brasil e, 42%, na Argentina. Já o fato de completar o nível superior provoca uma diferença de renda em relação a completar o 2º grau, de 176% no Brasil e 90% na Argentina.

As cifras anteriores exageram o efeito diferenciador da renda do trabalho provocado pela escolaridade das pessoas ocupadas no Brasil comparativamente a Argentina. Isto, porque neste último país, uma parte mais importante da influência das diferenças de escolaridade na renda dos trabalhadores aparece no efeito diferenciador da renda provocado pela idade das pessoas.

### **Diferenças de rendimento do trabalho por idade**

Para a análise das diferenças de rendimento conforme idade, os trabalhadores foram classificados em jovens (15 a 29 anos), adultos (30 a 49 anos) e maiores de idade (50 ou mais anos). As diferenças de renda média segundo esses grupos de idade são bem maiores no Brasil do que na Argentina. O desvio padrão das médias de rendimento hora, ponderado

pelo número de pessoas ocupadas é 26% maior no Brasil do que na Argentina (1,36 e 1,08 dólares, respectivamente, pela paridade do poder de compra de 2004), sendo que o rendimento médio na Argentina supera o do Brasil em 16% (5,72 e 4,94 dólares por hora, respectivamente). Deste modo, o desvio padrão dos rendimentos por grupo de idade equivale a 27,5% da média no Brasil e a 18,9% na Argentina (Tabela 3).

**Tabela 3**  
**Ocupação e rendimento por idade. Brasil e Argentina, 2006**

Idade	Argentina			Brasil		
	Pessoas Ocupadas	Taxa de Ocupação	Rendimento Horário	Pessoas Ocupadas	Taxa de Ocupação	Rendimento Horário
15 - 29	29,0	46,6	4,03	33,8	56,7	3,17
30 - 49	45,5	77,1	6,39	48,5	76,4	5,47
50 e +	25,5	43,8	6,46	17,7	40,8	6,87
Total	100,0	55,7	5,72	100,0	60,1	4,94

Fonte: PNAD, microdados, IBGE; EPH, microdados, INDEC

A participação dos jovens na força de trabalho total do país é maior no Brasil (quase 5 pontos percentuais) e não reflete apenas diferenças no formato da pirâmide etária dos dois países, mas, principalmente, a maior participação de jovens no mercado de trabalho no Brasil. As parcelas da população com mais de 15 e menos de 30 anos são muito semelhantes entre os dois países (34% na Argentina e 35,8% no Brasil). Por outro lado, a taxa de ocupação (relação entre pessoas ocupadas e o total de pessoas com mais de 15 anos de idade) é de 56,7% no Brasil e de apenas 46,6% na Argentina.

Uma proporção menor de jovens argentinos encontra-se ocupada em atividades da economia, mas o rendimento desses jovens é superior ao rendimento dos jovens brasileiros (27% superior). Assim, a renda horária média obtida pelos jovens brasileiros é bem menor e, além disso, as diferenças de rendimento médio por grupos de idade são bem maiores no Brasil. De fato, a diferença de renda média entre adultos e jovens é de 73% no Brasil e de 59% na Argentina, enquanto que a diferença de renda média entre os adultos e os de mais idade é de 26% no Brasil, e de somente 1% na Argentina. Com essas maiores diferenças de renda por idade, o rendimento médio das pessoas com idade superior a 50 anos é maior no Brasil do que na Argentina (6%).

Para enriquecer a análise das grandes diferenças de renda do trabalho no Brasil é preciso procurar entender, em primeiro lugar, porque

tantos jovens se ocupam em atividades da economia por tão baixa remuneração neste país e, em segundo lugar, porque são tão grandes as diferenças de renda do trabalho entre os diferentes grupos de idade dos trabalhadores. A comparação do Brasil com a Argentina, que permitiu destacar essas duas diferenças, pode ajudar também a compreender o que está por trás dessas grandes diferenças de renda por idade no Brasil.

### Escolaridade e condição de atividade da população jovem

A população jovem é um pouco mais escolarizada na Argentina do que no Brasil<sup>8</sup>. A comparação das distribuições dessas duas populações pelos três níveis de escolaridade indica que as principais diferenças residem na maior fração que não completa o 1º grau no Brasil (23% contra só 4% na Argentina) e a maior parcela que apenas completa o 1º grau na Argentina (47% contra 29% no Brasil). Entretanto, praticamente não há qualquer diferença entre os dois países nas frações de jovens que completam o 2º ou 3º grau de escolaridade (42% e 6%, respectivamente, nos dois países). Novamente, é preciso lembrar que as pessoas com 29 anos em 2006 começaram a estudar em 1984, o que no Brasil significava entrar num sistema educacional muito deficiente e incapaz de levar o estudante a superar as dificuldades de aprendizado colocadas pela baixa condição socioeconômica de uma parte expressiva dessa população. Devido às deficiências do sistema escolar no Brasil, esta parte da população, quando teve a oportunidade de começar a estudar, não foi capaz de aprovar as primeiras séries do 1º grau (Tabela 4).

**Tabela 4**  
**Condição de atividade econômica da população com 15 a 29 anos de idade. Brasil e Argentina, 2006**

Grau de escolaridade	Sexo	Argentina				Brasil			
		% Pop	TP	TD	TO	% Pop	TP	TD	TO
- 1º grau	M	1,9	26,0	25,8	19,3	10,4	43,7	29,2	31,0
- 1º grau	H	2,4	59,7	16,4	49,9	12,5	68,9	15,8	58,0
1º grau	M	22,3	31,6	24,2	23,9	14,7	49,7	32,2	33,7
1º grau	H	24,5	56,6	15,5	47,8	14,2	67,2	19,5	54,1
2º grau	M	23,4	56,8	22,6	44,0	22,7	75,4	20,1	60,2
2º grau	H	19,5	74,1	13,0	64,5	19,4	87,8	12,3	77,0
3º grau	M	4,0	90,3	7,8	83,3	3,5	88,2	9,3	79,9
3º grau	H	2,0	94,2	8,2	86,5	2,6	91,6	7,0	85,2
Total		100,0	56,1	17,0	46,6	100,0	69,6	18,5	56,7

Fonte: PNAD, microdados, IBGE; EPH, microdados, INDEC  
TP = Taxa de Participação (População Economicamente Ativa / População Idade Ativa X 100)

TD = Taxa de Desemprego (Desempregados / População Economicamente Ativa X 100)

TO = Taxa de Ocupação (Ocupados / População em Idade Ativa X 100)

Nos dois países, as taxas de participação dos homens são bem maiores que as das mulheres em todos os graus de escolaridade (salvo o nível superior) e essa participação na atividade econômica é tanto maior quanto maior o grau de escolaridade. Em geral, a participação é maior no Brasil, exceto entre os poucos jovens que conseguiram completar a educação de nível superior.

Já a taxa de desemprego, pelo contrário, é bem maior entre as mulheres, salvo novamente no nível superior de escolaridade, sendo tanto menor quanto maior o grau de escolaridade. Para a população jovem que completou o nível superior de escolaridade, são muito pequenas as diferenças por sexo nas taxas de participação e de desemprego.

Os dados mostram a tremenda dificuldade, nos dois países, dos jovens começarem a trabalhar por remuneração, sendo que esta dificuldade é tanto maior quanto menor o nível de escolaridade desta parcela da população. Apontam, assim, os enormes desafios a serem enfrentados nos dois países para melhorar seus respectivos sistemas educacionais, de modo a proporcionar alternativas mais razoáveis à atividade econômica para a população jovem que tem intensa dificuldade para se inserir no mercado de trabalho.

Há, ainda, grandes diferenças de taxas de ocupação entre os dois países, salvo para os jovens que possuem nível superior completo de educação. A diferença a favor do Brasil deve-se mais às maiores taxas de participação, pois as taxas de desemprego, em geral, não são maiores na Argentina. No Brasil, as taxas de desemprego são maiores para as mulheres que não completaram o 1º grau e para os jovens de ambos os sexos que apenas completaram o 1º grau.

### **Escolaridade e rendimento da população jovem ocupada**

Enquanto que na Argentina são poucos os jovens ocupados que não conseguiram completar o 1º grau de escolaridade (3%), esses chegam a 18% no Brasil. Também é expressiva a diferença das remunerações desses jovens nos dois países (diferença de 44%, com rendimento médio de 2,59 na Argentina e 1,80 dólares no Brasil). Para esse nível de escolaridade, é pequena a diferença de renda do trabalho por sexo, não passando de 8% no Brasil, sendo ainda desprezível o número de mulheres ocupadas com tão baixo grau de escolaridade na Argentina (Tabela 5).

**Tabela 5**  
**Rendimentos do trabalho de pessoas ocupadas com 15 e 29 anos de idade, por sexo e escolaridade. Brasil e Argentina, 2006**

Grau de escolaridade	Sexo	Argentina		Brasil	
		% Ocupados	Rendimento horário	% Ocupados	Rendimento horário
- 1º grau	M	0,8	3,26	5,6	1,70
- 1º grau	H	2,6	2,38	12,8	1,84
1º grau	M	11,4	2,87	8,7	1,98
1º grau	H	25,1	3,18	13,6	2,11
2º grau	M	22,1	4,09	24,1	2,89
2º grau	H	27,0	4,52	26,4	3,61
3º grau	M	7,2	6,38	4,9	7,55
3º grau	H	3,8	7,01	3,9	9,38
Total		100,0	4,03	100,0	3,17

Fonte: PNAD, microdados, IBGE; EPH, microdados, INDEC

A comparação de renda média dos jovens com 1º grau de escolaridade aponta uma diferença de 49% a favor de Argentina (3,08 e 2,06, respectivamente). Nesse nível de escolaridade também é relativamente pequena a diferença de renda do trabalho por sexo (11% na Argentina e 7% no Brasil). As diferenças de renda a favor da Argentina são bem menores entre os jovens ocupados com maior escolaridade e a diferença reverte a favor do Brasil quando se comparam os rendimentos médios dos jovens com nível superior completo de instrução.

A diferença de renda média do trabalho entre os dois países é de 32% para os jovens com o 2º grau completo (4,33 na Argentina e 3,27 no Brasil) e a diferença por sexo continua estreita na Argentina (10%), mas é grande no Brasil (25%) para os jovens com esse grau de escolaridade. A renda média dos jovens ocupados com nível superior é maior no Brasil do que na Argentina e, somente no Brasil, é grande a diferença por sexo da renda do trabalho dos jovens ocupados com alta escolaridade (10% na Argentina e 24% no Brasil).

A comparação da renda média do trabalho entre jovens com e sem o 1º grau de escolaridade mostra uma diferença de 19% na Argentina e de 14% no Brasil. Já a comparação da média da renda entre jovens, com 1º e 2º grau de escolaridade, aponta uma diferença de 40% na Argentina e 59% no Brasil. Nos dois países, mas, especialmente no Brasil, é muito ampla a diferença de renda entre os que têm e os que não têm o 2º grau de instrução. No Brasil, é muito grande a diferença de renda do trabalho entre homens e mulheres com esse grau de escolaridade. O contraste entre os dois países, neste particular, é maior ainda quando se compara a renda média do trabalho dos jovens com 2º e 3º grau de escolaridade. A diferença é de

52% na Argentina, e chega a 156%, no Brasil (a renda média dos jovens com 3º grau é de 6,60 dólares na Argentina e de 8,36 dólares no Brasil). Novamente ressalta a grande diferença de renda do trabalho por sexo entre os jovens do Brasil com nível superior de escolaridade.

Em resumo, no Brasil, uma elevada proporção de jovens com idades entre 15 e 29 anos trabalha por remuneração, mas a remuneração desse trabalho é muito reduzida. As diferenças de remuneração, entretanto, são muito grandes e estão relacionadas com o nível de escolaridade desta parcela da população. A referência salarial para essa população jovem é muito baixa no Brasil, bem mais baixa do que na Argentina. Já os efeitos diferenciadores dos graus de escolaridade sobre a renda do trabalho dos jovens são ainda maiores no Brasil do que na Argentina e os maiores rendimentos do trabalho com escolaridade média e superior no Brasil são acompanhados de fortes diferenças de renda do trabalho por sexo. Deste modo, a renda do trabalho do jovem é menor e mais diferenciada no Brasil do que na Argentina. O desvio padrão dos rendimentos médios dos jovens classificados por sexo e grau de escolaridade é de 1,10 dólar por hora na Argentina e de 1,77 dólar por hora no Brasil, correspondendo a 27,3% e 55,9% dos respectivos rendimentos médios do trabalho dos jovens nos dois países.

### **Escolaridade e idade da população**

As diferenças nos formatos das distribuições da população jovem e adulta por grau de escolaridade são maiores no Brasil do que na Argentina, refletindo o caráter mais tardio do aumento da cobertura do sistema educacional básico no Brasil (Tabela 6). Nos dois países, a fração da população adulta que completou o curso superior é bem maior do que a da população jovem, indicando que muitos jovens ainda não terminaram sua passagem pelo sistema escolar. Também nos dois países, tanto para jovens como para adultos, a fração de mulheres que completou o curso superior é maior que a dos homens. Finalmente, a principal diferença entre os dois países no perfil da escolaridade das populações jovem e adulta é a maior fração daqueles que não completaram o 1º grau no Brasil, e daqueles que apenas completaram o 1º grau na Argentina.

**Tabela 6**  
**Escolaridade e idade da população. Brasil e Argentina, 2006**

Grau de escolaridade	Sexo	População 15 a 29		População 30 a 49		População 50 e mais	
		Argentina	Brasil	Argentina	Brasil	Argentina	Brasil
- 1º grau	M	1,9	10,4	3,3	18,9	11,1	34,9
- 1º grau	H	2,4	12,5	3,4	17,1	7,3	24,2
1º grau	M	22,3	14,7	19,5	9,1	26,8	6,5
1º grau	H	24,5	14,2	20,0	8,3	20,1	5,2
2º grau	M	23,4	22,7	17,1	18,1	12,2	9,8
2º grau	H	19,5	19,4	16,3	15,5	10,1	8,1
3º grau	M	4,0	3,5	13,0	7,3	6,9	5,5
3º grau	H	2,0	2,6	7,4	5,7	5,5	5,8
Total		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD, microdados, IBGE; EPH, microdados, INDEC

Para a população de mais idade, mesmo na Argentina, é relativamente pequena a fração de pessoas que ao menos completou o 2º grau. Esta população deve ter começado seus estudos antes de 1963, quando ainda era irrelevante a cobertura do sistema educacional básico, principalmente no Brasil. Na Argentina, pelo menos somente 18% da população com mais de 50 anos de idade, em 2006, não completou o 1º grau, sendo que esta proporção é de 59% no Brasil. Não obstante, as diferenças entre as frações da população com 50 anos e mais, com 2º e 3º grau de escolaridade, são relativamente pequenas. De modo que, mesmo na Argentina, o grosso da população que começou a estudar antes de 1963 quando muito completava o 1º grau de escolaridade. A fração da população com mais de 50 anos de idade com no máximo o 1º grau de escolaridade é de 65% na Argentina e 71% no Brasil.

### **Escolaridade, idade e taxa de ocupação**

Nos dois países e em todos os grupos de idade, a taxa de ocupação (fração da população com mais de 15 anos que tem ocupação em uma atividade econômica) é tanto maior quanto maior a escolaridade. A população é muito mais escolarizada na Argentina, mas a taxa de ocupação, neste país, não é maior que a do Brasil. Destaca-se a maior taxa de ocupação dos jovens brasileiros em todos os graus de escolaridade, salvo no nível superior completo. A diferença entre os dois países a esse respeito é bem menor para a população adulta, mas a taxa de ocupação no Brasil é maior para as mulheres adultas, salvo novamente entre as que têm 3º grau completo de escolaridade. Já com a população maior de idade, ressalta-se a

maior taxa de ocupação dos níveis médio e superior de escolaridade na Argentina.

**Tabela 7**  
**Taxas de ocupação segundo escolaridade, idade e sexo.**  
**Brasil e Argentina, 2006**

Grau de escolaridade	Sexo	População 15 a 29		População 30 a 49		População 50 e mais	
		Argentina	Brasil	Argentina	Brasil	Argentina	Brasil
- 1º grau	M	19,3	31,0	50,8	54,4	21,5	23,0
- 1º grau	H	49,9	58,0	79,9	85,3	49,0	47,4
1º grau	M	23,9	33,7	51,7	59,3	26,0	33,4
1º grau	H	47,8	54,1	92,8	89,0	57,7	58,3
2º grau	M	44,0	60,2	62,6	70,6	38,2	40,2
2º grau	H	64,5	77,0	92,5	91,5	63,2	42,8
3º grau	M	83,3	79,9	85,1	86,7	60,0	52,8
3º grau	H	86,5	85,2	97,5	95,9	75,2	72,2
Total		46,6	56,7	77,1	76,4	43,8	40,8

*Fonte: PNAD, microdados, IBGE; EPH, microdados, INDEC*

Em resumo, a comparação das taxas de ocupação nos dois países permite destacar a elevada participação das mulheres e, principalmente, dos jovens na força de trabalho brasileira. As mulheres representam 44% das pessoas ocupadas no Brasil e 42% na Argentina enquanto os jovens respondem por 34% das pessoas ocupadas no Brasil e 29% na Argentina. A elevada ocupação de jovens e mulheres no Brasil está associada a rendimentos do trabalho muito baixos, ajudando a explicar as grandes diferenças que existem a esse respeito no Brasil.

### **Diferenças de renda do trabalho segundo idade e escolaridade**

Os adultos apresentam rendas do trabalho bem maiores que as dos jovens e as diferenças são tanto maiores quanto maior o nível de escolaridade<sup>9</sup>. As diferenças de renda do trabalho por idade são muito maiores no Brasil do que na Argentina, salvo para os que completaram o nível superior de escolaridade, para os quais as diferenças de renda média entre adultos e jovens são maiores na Argentina do que no Brasil. A renda média dos maiores de idade é maior que a dos adultos, mas a diferença é bem menor do que entre adultos e jovens, embora no Brasil as diferenças de renda entre maiores de idade e adultos sejam muito grandes.

**Tabela 8**  
**Diferenças proporcionais de renda média por idade segundo o grau de escolaridade das pessoas ocupadas.**  
**Brasil e Argentina, 2006**

Grau de escolaridade	Argentina		Brasil	
	Adulto / Jovem	Maior de idade / Adulto	Adulto / Jovem	Maior de idade / Adulto
- 1º grau	20,5	4,8	46,1	20,9
1º grau	29,5	10,8	62,6	32,2
2º grau	36,8	17,3	65,6	36,7
3º grau	84,4	13,2	68,0	31,1
Total	58,6	1,1	72,6	25,6

Fonte: PNAD, microdados, IBGE; EPH, microdados, INDEC

Assim, as diferenças de idade, controlada a escolaridade, estão associadas a maiores diferenças de renda no Brasil do que na Argentina. Algo análogo ocorre com a escolaridade cujos diferenciais, controlada a idade, também vão junto com maiores diferenças de renda no Brasil do que na Argentina, principalmente quando são comparadas as rendas das pessoas ocupadas com 2º e 1º grau e com 3º e 2º grau. E as diferenças de renda por grau de escolaridade são crescentes com o grau de escolaridade e com a idade, salvo na comparação das rendas médias das pessoas com 2º e 3º grau de escolaridade. Neste caso, a diferença de renda média entre os que têm 2º e 3º grau é menor para as pessoas de maior idade do que para os adultos (Tabela 9).

Em resumo, as diferenças de renda do trabalho por idade e por escolaridade são maiores no Brasil do que na Argentina. A comparação das rendas médias dos dois países, controlada a idade e a escolaridade das pessoas ocupadas, mostra que a renda do trabalho é muito baixa no Brasil, principalmente para a população mais jovem e menos escolarizada. Nos dois países a renda média é praticamente idêntica para as pessoas de idade com baixa escolaridade e chega a ser maior no Brasil para pessoas que completaram o 3º grau, para todos os grupos de idade (Tabela 10).

**Tabela 9**  
**Diferenças proporcionais de renda média por escolaridade se-**  
**gundo o grupo de idade das pessoas ocupadas.**  
**Brasil e Argentina, 2006**

Idade	Argentina			Brasil		
	1º grau / < 1º grau	2º grau / 1º grau	3º grau / 2º grau	1º grau / < 1º grau	2º grau / 1º grau	3º grau / 2º grau
15 - 29	18,9	40,3	52,3	14,4	58,2	56,1
30 - 49	27,9	48,1	105,9	27,4	61,2	159,8
50 e +	35,2	56,8	98,8	39,3	66,6	149,2
Total	23,7	40,9	113,4	12,6	57,8	196,6

Fonte: PNAD, microdados, IBGE; EPH, microdados, INDEC

**Tabela 10**  
**Diferenças proporcionais de renda média por grupos de idade se-**  
**gundo grau de escolaridade das pessoas ocupadas.**  
**Brasil e Argentina, 2006**

Grau de escolaridade	15 - 29	30 - 49	50 e +	Total
- 1º grau	43,9	18,6	2,8	19,5
1º grau	49,5	19,1	0,9	31,3
2º grau	32,5	9,4	-6,1	17,2
3º grau	-21,0	-13,2	-25,1	-15,6
Total	27,1	16,8	-6,0	15,8

Fonte: PNAD, microdados, IBGE; EPH, microdados, INDEC

A comparação das rendas do trabalho entre Argentina e Brasil por grupos de idade põe em evidência que não somente as menores rendas do trabalho são muito baixas no Brasil, mas também que as rendas mais altas são muito elevadas. As enormes disparidades de renda do trabalho no Brasil refletem não somente a enorme fração de jovens e de pessoas de baixa escolaridade com uma renda do trabalho muito baixa, mas também a elevada renda de parcela relativamente pequena de pessoas com alta escolaridade.

## Diferenças de renda do trabalho por sexo segundo idade e escolaridade

As diferenças de renda do trabalho são grandes no Brasil, não só por idade e por escolaridade, mas também por sexo controlada a idade e a escolaridade (Leone & Baltar, 2008). Comparadas com a Argentina, as diferenças de renda do trabalho de homens e mulheres são pequenas somente para os jovens sem 1º grau completo ou no máximo com 1º grau completo. Na Argentina, mas não no Brasil, a diferença de renda por sexo também é relativamente pequena para jovens mais escolarizados e para adultos e pessoas de idade com menos que o 1º grau de escolaridade. A única situação em que a diferença de renda por sexo é bem maior na Argentina do que no Brasil é entre os adultos com 3º grau completo, devido ao da renda do trabalho da mulher argentina, com esse nível de escolaridade, ser relativamente baixa. Entre os homens, com essa mesma escolaridade, a renda média é praticamente idêntica entre os dois países, enquanto que entre as mulheres a renda média das brasileiras é maior do que a das argentinas. Deve-se destacar que entre as pessoas adultas ocupadas com este nível de escolaridade as mulheres são 60% na Argentina e 54% no Brasil (Tabela 11).

**Tabela 11**  
**Diferenças proporcionais de renda média do trabalho entre homens e mulheres segundo idade e escolaridade.**

Grau de escolaridade	Argentina			Brasil		
	15 - 29	30 - 49	50 e +	15 - 29	30 - 49	50 e +
- 1º grau	-27,0	4,6	10,4	8,2	33,2	47,0
1º grau	10,8	21,4	27,6	6,6	44,4	74,6
2º grau	10,5	20,2	34,1	24,9	49,2	47,5
3º grau	9,9	74,6	16,3	24,2	41,4	49,1
Total	-2,7	16,6	9,7	5,2	26,1	48,9

Fonte: PNAD, microdados, IBGE; EPH, microdados, INDEC

As diferenças de renda por sexo são crescentes com a idade. Mesmo no Brasil, as diferenças de renda por sexo entre jovens com 2º e 3º grau são menores que as diferenças de renda por sexo para os adultos e para os maiores de idade. Esses resultados apontam para a tendência de redução nas diferenças de renda por sexo à medida que se consolida a participação das mulheres na atividade econômica, processo que parece mais avançado

na Argentina do que no Brasil, apesar das menores taxas de participação das argentinas que das brasileiras na atividade econômica.

### **Considerações finais**

Este ensaio procurou destacar aspectos das diferenças de renda do trabalho no Brasil por meio de uma comparação com Argentina. Foram consideradas as áreas urbanas dos dois países e se destacaram as diferenças de renda do trabalho por idade, sexo e nível educacional dos trabalhadores.

A primeira constatação foi que a média das diferenças de renda do trabalho no Brasil, em 2006, foi pouco superior à da Argentina (em torno de 14%). O índice de Gini aponta uma diferença maior (0,527 e 0,439 em cada país, respectivamente) porque a renda média do trabalho é significativamente superior na Argentina (16%).

Esta grande diferença de renda média dos trabalhadores dos dois países é afetada por composições diferentes da força de trabalho por idade, sexo e nível educacional. Nos dois países, mas no Brasil em particular, são muito grandes as diferenças de renda do trabalho por idade, sexo e nível de escolaridade. O Brasil tem mais jovens e mulheres na força de trabalho, enquanto os trabalhadores argentinos têm mais idade e nível educacional.

Assim, as diferenças de composição da força de trabalho entre os dois países contribuíram para acentuar a diferença de renda média. No entanto, comparando a renda média dos homens com idades entre 30 a 49 anos e nível primário de educação, tem-se uma diferença de rendimento de 10% em favor da Argentina. Portanto, a desigualdade de renda do trabalho é de fator maior no Brasil, pois a média de todas as diferenças de renda é 4% maior, com uma média de renda do trabalhador comum equivalente a 91% do existente na Argentina. O índice de desigualdade de renda 14% superior no Brasil também está associado ao maior nível de renda do trabalho na Argentina, onde também são muito grandes as diferenças de renda do trabalho.

A diferença de renda média entre os dois países é muito maior quando se comparam os trabalhadores jovens, com pouco nível de escolaridade. Por exemplo, considerando os trabalhadores que completaram o ensino primário e têm entre 15 a 29 anos de idade, a renda do trabalho é maior na Argentina em 45% para as mulheres e 50% para os homens. Conclui-se, então, que o nível da base da pirâmide de renda do trabalho é muito menor no Brasil.

Desde esta base de nível muito inferior, as diferenças de renda do trabalho por idade, sexo e nível de escolaridade são muito maiores no Brasil. Foi dito que, para o trabalhador adulto comum, a diferença é de 10% em favor da Argentina mas, para os trabalhadores de mais idade e os com

nível superior de educação, a renda média é maior no Brasil do que na Argentina.

É importante tentar destacar diferenças na estruturação das economias dos dois países, associadas a essas diferenças no formato das pirâmides de renda do trabalho. Não basta simplesmente destacar as diferenças de composição da força de trabalho, havendo no Brasil mais jovens e mulheres sem maior nível educacional, pressionando para baixo a renda desses trabalhadores, ao mesmo tempo que menos trabalhadores mais educados pressionam menos a renda desses outros trabalhadores.

Quanto às perspectivas de correção do formato da pirâmide de renda no Brasil, também parece insuficiente simplesmente esperar que melhore o nível educacional dos trabalhadores brasileiros para que ocorra automaticamente uma alteração do nível e uma diminuição da assimetria e dispersão da distribuição das rendas do trabalho. A Argentina tem uma força de trabalho mais educada que a do Brasil, mas também são grandes, neste país, as diferenças de renda dos trabalhadores, especialmente por nível de escolaridade.

A melhora no formato da pirâmide de renda do trabalho no Brasil pode ser reforçada por esforço político no sentido de impor à economia a elevação da base daquela pirâmide, como um aumento do valor do salário mínimo, acompanhado de uma estratégia para recolocar o país numa trajetória desenvolvimento que gere emprego para absorver, com maior nível de renda, os trabalhadores que foram deslocados de seus atuais empregos mal remunerados pela imposição do maior valor do salário mínimo.

## Notas

<sup>1</sup> Este trabalho é uma versão revisada da apresentada no “III Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población”, realizado em Córdoba, Argentina, do 24 ao 26 de setembro de 2008. Os autores agradecem as observações de Maria Coleta Oliveira comentarista da Sessão Temática.

<sup>2</sup> Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: [pbaltar@eco.unicamp.br](mailto:pbaltar@eco.unicamp.br); [gori@eco.unicamp.br](mailto:gori@eco.unicamp.br); [eugenia@eco.unicamp.br](mailto:eugenia@eco.unicamp.br).

<sup>3</sup> Ver ao respeito Maia (2007), Baltar & Leone (2007).

<sup>4</sup> Ver ao respeito Hoffmann (1998).

<sup>5</sup> As médias das diferenças absolutas de renda foram na Argentina de 5,02 dólares e no Brasil de 5,21 dólares.

<sup>6</sup> A equivalência entre os países foi a seguinte: sem qualquer escolaridade: menos de 1 ano de estudo na Argentina e no Brasil; primário incompleto: de 1 a 6 anos na Argentina e de 1 a 7 anos no Brasil; primário completo: 7 anos na Argentina e 8 anos no Brasil; secundário incompleto: de 8 a 12 anos na Argentina e de 9 a 10 anos no Brasil; secundário completo: 13 anos na Argentina e 11 anos no Brasil;

superior incompleto: de 14 a 16 anos na Argentina e de 12 a 14 anos no Brasil; superior completo: 17 anos e mais na Argentina e 15 anos e mais no Brasil.

<sup>7</sup> Para maiores detalhes sobre as propriedades de um modelo de regressão linear múltipla ver Gujarati (1995).

<sup>8</sup> Com relação à transição da escola para o trabalho dos jovens na Argentina, ver Solis *et al.* (2006).

<sup>9</sup> Ver ao respeito, Leone e Baltar (2006).

## Bibliografia

- BALTAR, P. & Leone, E. 2007, 'Mercado de trabalho e distribuição de renda no Brasil', X Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, Salvador.
- ECHART, M. 1999, 'Educación y distribución del ingreso', in *La distribución del ingreso en la Argentina*, ed. Fiel, Fundación de Investigación Económicas Latinoamericanas, Buenos Aires.
- GASPARINI, L. 2004, 'Poverty and inequality in Argentina: methodological issues and a literature review', CEDLAS: The World Bank, Washington.
- GUJARATI, D. N. 1995, 'Basic econometrics', McGraw-Hill, Nova Iorque.
- HALVORSEN, R. & Palmquist, R. 1980, 'The interpretation of dummy variables in semilogarithmic equations', *The American Economic Review*, vol. 70, no. 3, pp. 474-475.
- HERRÁN, C. A. & Uythem, B. V. 2001, 'Why do youngsters drop out of school in Argentina and what can be done against it?', Inter-American Development Bank, Washington.
- HOFFMANN, R. 1998. 'Distribuição de Renda. Medidas de Desigualdade e Pobreza', Editora da USP, São Paulo.
- IBGE 2006, 'Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006: notas metodológicas – pesquisa básica', IBGE, Rio de Janeiro.
- INDEC 2003, 'Encuesta Permanente de Hogares: cambios metodológicos', INDEC, Buenos Aires.
- LEONE, E. & Baltar, P. 2006, 'Diferenças de rendimento do trabalho de homens e mulheres com educação superior nas metrópoles', *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol.23, no. 2.
- LEONE, E. & Baltar, P. 2008, 'A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro', *XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu.
- MAIA, A. G. 2007, 'Distribuição de renda no mercado de trabalho brasileiro: uma análise para o período 1981 a 2005', *XXVII Annual ILASSA Student Conference*, Austin.
- SOLIS, P., Cerrutti, M., Benavides, M. & Saucedo, S. G. 2006, 'La Transición escuela-trabajo em Buenos Aires', *II Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población*, Guadalajara.

